



Ata Nº 9

Quadriénio 2017/2021

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão Nobre do edifício sede em Monte Redondo, na presença de todos os membros da assembleia, realizou-se a reunião ordinária de funcionamento da Assembleia da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira, presidida por Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia colocou a ata número oito a votação.

A ata n.º 8, de 10 de dezembro de 2018, foi aprovada por unanimidade.

No que concerne aos **assuntos antes da ordem do dia**, o senhor Vítor Tomé cumprimentou os presentes e deu os parabéns a todos os envolvidos no Projeto de Requalificação das Salinas da Junqueira, principalmente à senhora Presidente do Executivo pelo seu esforço, dedicação e resiliência, visto que nunca desistiu do projeto, mesmo com algumas dificuldades e apesar de ter sido apelidada de «mentirosa» em assembleias anteriores. Reiterou que a aprovação deste projeto e de outros que estão em curso vem fortalecer o programa da candidatura do PS à Junta de Freguesia que foi apresentado aos eleitores e aproveitou para questionar a senhora Presidente acerca da situação em que se encontram os terrenos da zona industrial de Monte Redondo, assim como o ponto em que se encontra o saneamento da Carreira e da Sismaria.

O senhor Márcio Marques cumprimentou todos os presentes e referiu que antes de formular algumas questões, comentários e recomendações, gostava de salientar novamente que o seu espírito nesta assembleia é construtivo e que esperava que as mesmas não fossem desvirtuadas ou entendidas de má-fé. Acrescentou que, caso as suas questões não fossem perceptíveis, agradecia que lhe pedissem para repetir.

Posto isto, disse que pretendia mostrar o seu descontentamento com a qualidade do novo piso na rua José Duarte Rolo na Sismaria, visto que o novo piso já nasceu irregular e já abateu em diversas zonas, sendo preciso alertar e exigir ao empreiteiro do saneamento a correta compactação das terras em vala. Questionou o executivo sobre o prazo definido para a conclusão da obra de saneamento na Carreira e na Sismaria, realçando que a primeira rua a ter intervenção na Sismaria foi a Rua do Cemitério há cerca de dois anos e ainda não foi asfaltada, pelo que questiona qual é o critério para a aplicação do asfalto.

Relativamente ao cruzamento da Rua D. Dinis com a Rua 9 de Julho e Rua da Junqueira na Sismaria, o senhor Márcio congratulou-se com o facto de o executivo ter avançado com o processo e disponibilizado o estudo solicitado, questionando, de entre os dois estudos apresentados (um com rotunda e outro com cruzamento melhor definido) qual é o estudo que a junta defende e qual é a sensibilidade da Câmara Municipal para esta obra.



Acrescentou ainda que a estrada da Junqueira esteve semanas intransitável e que existem zonas onde as viaturas passavam integralmente nas terras de cultivo ao lado da estrada. Na tentativa de minimizar o problema foi colocada uma massa asfáltica, mas o estado continua miserável e a provocar imensos prejuízos a quem lá passa diariamente. De seguida, questionou se existe algum troço do saneamento ainda por passar naquela estrada e, caso não exista, qual é a previsão para alargamento da via e colocação de asfalto na mesma.

Posteriormente, o senhor Márcio Marques solicitou ao executivo que fizesse uma breve descrição verbal do Projeto de Requalificação da Vala da Aroeira, indicando o que é que a Junta pretende lá fazer e dinamizar.

Acrescentou que existem pelo menos duas pontes no Rio da Aroeira que estão sem protecções e perguntou que medida pretende tomar a Junta antes de acontecer lá algum acidente.

Disse que na Rua Agostinho Domingues, na localidade dos Montijos, existe uma valeta por limpar na berma direita da estrada quando se segue em direção ao rio. Pelo facto de a valeta não estar limpa, as águas pluviais, com a acumulação de resíduos orgânicos, atravessam a estrada, deixando uma pasta escorregadia, onde já caiu a senhora Irene dos Santos de 72 anos, pelo que pediu a maior atenção para este assunto, em especial pela idade da senhora e pelo respeito que merece.

Questionou também o ponto de situação relativamente à ciclovia entre Monte Redondo e Aroeira.

Solicitou também que as atas deste mandato fossem sendo atualizadas no sítio da Junta de Freguesia e que o ficheiro PDF das atas permitisse pesquisas.

O senhor Renato Silva realçou o facto de ter sido inaugurado no dia 17 de abril o Espaço Cidadão no edifício da Junta de Freguesia, que considera ser mais um serviço público a par daquele que é o Posto dos Correios, ao serviço dos cidadãos da freguesia, no qual se podem tratar de alguns assuntos, como a renovação da carta de condução, por exemplo. Destacou, ainda, o facto de haver pessoas que não têm acesso à internet e assim têm uma forma fácil de tratarem desses assuntos, para além do facto de terem pessoas no balcão que as podem ajudar em qualquer dúvida que possam ter.

A senhora Presidente do Executivo cumprimentou todos os presentes e respondeu que a zona Industrial de Monte Redondo está com um processo em conversação com a Direção Geral das Autarquias que é a entidade que fará a emissão do interesse público, e a Câmara Municipal. Trata-se de um processo que deve ser completamente imaculado relativamente às notificações dos proprietários e a DGAL está a exigir notificações, que nem costuma ser hábito em processos menos complicados. Dada a circunstância de, passados vários anos, não se ter ainda chegado a um acordo com o proprietário, a Direção Geral das Autarquias não quer que haja nenhuma ponta solta relativamente às notificações e a tudo o que é necessário para se cumprirem os trâmites normais para a emissão do interesse público e posterior expropriação. No início da semana em curso, o executivo esteve reunido com o Técnico que teve uma reunião na DGAL em relação a este assunto e deu a



indicação de alguns procedimentos que a DGAL está a exigir. Apesar de ser um assunto premente, a senhora Presidente compreende que o processo deva ser feito sem qualquer ponto a anotar para que posteriormente não haja problemas, esperando que, no primeiro semestre, surjam novidades positivas a esse respeito. A par disso, o projeto está em andamento e algumas, nomeadamente na questão das infraestruturas e do saneamento básico em Monte Redondo na zona da restante da vila, que vai incluir a Estrada 109, cujo lançamento do concurso vai contemplar o saneamento para a Zona Industrial. Tudo está em andamento, dentro dos trâmites possíveis, mas a senhora Presidente não consegue antever um prazo definitivo para a resolução do assunto, o qual está na ordem do dia, estando a ser feitos todos os esforços para o processo ficar imaculado.

Relativamente ao saneamento na Carreira e na Sismaria, em dezembro, previa-se que terminaria no presente mês de abril, mas dadas todas as circunstâncias e a algumas suspensões que ainda se mantêm, a informação que o executivo tem por escrito do SMAS é que as obras estarão concluídas em julho.

No que concerne ao tipo de pavimento da Rua Duarte Rolo, já foi verificado e o dono da obra irá responsabilizar o empreiteiro. Na sexta-feira, dia 3 de maio, o vereador virá a Monte Redondo para verificar algumas situações respeitantes ao pavimento.

Relativamente à Rua do Cemitério, já deveria estar pavimentada, mas foi feita uma intervenção por parte da Junta de Freguesia, que pediu um coletor e solicitou-se que se atrasasse a pavimentação e depois, devido às chuvas, acabou por atrasar mais. Esta espera deu-se para prevenir o que aconteceu na Rua Duarte Rolo, na qual os abatimentos tiveram que ver também com o pouco tempo de espera antes da pavimentação.

No que diz respeito ao cruzamento com a Sismaria, neste momento, o executivo está a estudar as duas propostas e pretende iniciar conversações com os proprietários, porque uma das propostas implica uma cedência ao domínio público muito superior à outra e vai depender da abertura dos proprietários. Neste momento, o executivo está a aguardar que a Câmara Municipal possa indicar se o executivo vai fazer esta obra em sede de obra de saneamento ou se vai ser lançada a concurso, não sendo pelo SMAS, mas diretamente pela Câmara.

Na Rua da Junqueira, o executivo tentou fazer uma intervenção para minimizar, visto que ela vai precisar de pavimento e alargamento, mas, no momento presente, ainda não se sabe se vai ser possível fazer em sede desta obra ou se vai a concurso pela Câmara Municipal. Há uma estação elevatória no lado da Sismaria e depois não tem mais intervenção.

Na vala da Aroeira, o coletor foi limpo e está a fazer-se um ajardinamento no local. Vai ser vedado com madeira para separar a estrada nacional desse espaço e será feito um ajardinamento. Já foi semeado prado florido, colocados três pinheiros mansos e irá ter salgueiros e freixo. A ideia é tornar o espaço mais agradável para a população, eventualmente colocar algumas mesas de jardim. Relativamente à vala, ainda se está a aguardar um apoio da Câmara Municipal. Relativamente às



pontes, é intenção do executivo colocar uma vedação. O executivo solicitou também à Associação de Regantes

Foi feito um pedido à Associação de Regantes, que tem responsabilidades na verificação das próprias pontes, mas a Associação queixa-se que não tem meios financeiros para poder suportar qualquer intervenção, pelo que a limpeza do coletor foi financiada pela Câmara Municipal e uma pequena parte pela Junta de Freguesia. Por isso, o executivo tem a pretensão de colocar algumas proteções para evitar algum acidente.

Quanto à Rua Agostinho Domingues, o executivo irá analisar a situação, sendo que não tinha conhecimento do acidente mencionado pelo senhor Márcio Marques.

Relativamente à ciclovia, o projeto está alinhavado e estão a ser feitas algumas especialidades, no que se refere aos muros que é necessário fazer e, como vai a concurso público, é preciso ter as especialidades. Espera-se que possa ir a concurso até ao fim do primeiro semestre.

Relativamente às atas, a senhora presidente do executivo irá verificar a situação.

Subsequentemente, o senhor Presidente da mesa abriu a inscrição aos membros do público para intervirem no final da sessão.

De seguida, passou-se ao cumprimento da ordem de trabalhos.

No que concerne ao **Ponto 1 - Relatório da Presidente da Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e Situação Financeira - apreciação nos termos da alínea e) do n.º 2 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi apreciado.

Dando cumprimento ao **Ponto 2 - Documentos da Prestação de Contas da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira referente ao exercício de 2018 - apreciação e votação nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei no 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora presidente do executivo, Céline Gaspar, fez um resumo dos documentos para esclarecer o público.

A senhora Dulcinda Silva cumprimentou todos os presentes na sala e referiu que há uma parte que está subjacente à prestação de contas da Fesmonte, um evento muito relevante do qual todos são apoiantes e acham que deve continuar. Considerando a Fesmonte um evento relevante para a União das Freguesias e para os seus habitantes, a Bancada do PSD é a favor da sua realização. Contudo, os membros do PSD registaram várias interpelações de residentes da União das Freguesias que manifestaram um interesse muito intenso em conhecer claramente o resultado financeiro deste evento, o que já foi debatido e apresentado à assembleia pelos membros do PSD anteriormente. Em consonância com o que a Bancada do PSD já apresentou anteriormente e, no sentido de reforçar a imagem de rigor e transparência que o executivo já apresenta, os elementos do PSD consideram que é extremamente importante deixar que todo e qualquer residente nesta freguesia e votante possa perceber isso de forma clara, desde o mais leigo, ao mais erudito. Para que isso aconteça, deve haver uma evidência de forma diferenciada deste tipo de relação e prestação de contas, sob várias formas, o que é possível fazer e que não acrescentará muito trabalho ao que já está feito e que é bastante bom em



termos de prestação de contas, mas que não permite ao público leigo, ao comum cidadão, ter uma aferição rápida e imediata. Tanto mais que na última assembleia foi sugerida uma comparação entre orçamentos do ano com Fesmonte e de um ano sem Fesmonte, mas tem havido sempre algum tipo de investimento com valor significativo ou idêntico que não permite essa aferição imediata.

O senhor Márcio Marques subscreve integralmente as palavras do membro Dulcinda Silva.

A senhora Presidente do executivo explicou que, relativamente à Fesmonte, na prestação de contas e nos mapas como eles existem, não dá para ser de outra forma. Existem rubricas, como já foi explicado em assembleia anterior.

Relativamente à questão das contas, basta questionar o executivo que os seus membros explica, visto que as contas são públicas e o executivo não precisa de esconder, porque os mapas têm rubricas específicas onde cada despesa é integrada. A Fesmonte não é considerado um investimento para o Plano Anual de Investimentos, sendo despesa corrente, e, portanto, também não pode vir no Plano Plurianual de Investimento, vem no Plano de Atividades, pelo que é passível de ser apresentado o valor das contas da Fesmonte em específico e a senhora Presidente tem esses valores e pode dar a indicação, o que esperava fazer na assembleia anterior, mas não foram questionados. O total da receita da Fesmonte foi de 170,471,61 (cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e um, sessenta e um) euros e a despesa foi de 205,479,15 (duzentos e cinco mil, quatrocentos e setenta e nove, quinze) euros, o que significou um investimento de 35, 007, 59 (trinta e cinco mil e sete euros e cinquenta e nove cêntimos) euros da parte da Junta de Freguesia. Foi a maior Fesmonte em termos de investimento, de despesa, mas também teve um crescimento significativo em termos de receita, em comparação com o ano de 2016.

Há um investimento significativo da parte da Junta de Freguesia, visto a Fesmonte não se suportar a si própria, como já foi explicado anteriormente, para que para que as associações possam produzir um determinado valor de receita, o que encarece o investimento da autarquia.

O executivo nunca obrigou as associações a apresentar oficialmente as contas da Fesmonte, ou seja, as receitas que adquirem da Fesmonte, para aferir a relação entre investimento e apoio, porque sabe que há associações que não se sentem à vontade para o fazer. No entanto, existem associações que, por iniciativa própria, entregam as contas, nomeadamente o Museu do Casal de Monte Redondo, que indica sempre o lucro que tem na Fesmonte. Porém, há outras associações que são questionadas pelo executivo e não os querem dizer. Por isso, o executivo nunca quis impor essa regra. Pela receita que o executivo sabe que se obtém através do Bar e do restaurante da Junta, a receita produzida pelas associações colmata enormemente o valor investido pela Junta de Freguesia. Apesar de as associações contribuírem para parte desse investimento, mais de sessenta por cento é suportado pela autarquia, na zona de gastronomia. Por isso, não é possível que a Fesmonte fique a custo zero para a Junta de Freguesia, pelo que não se pode chamar prejuízo a um investimento que a Junta faz no evento.



O ponto foi aprovado com seis votos a favor dos membros Ana Carla Gomes, Paulo Gaspar, Lino Loureiro, Renato Silva, Isabel Veríssimo e Vítor Tomé e três abstenções dos membros Dulcinda Silva, Márcio Marques e Vítor Boiça.

No atinente ao **Ponto 3 - Inventário da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira 2018 - apreciação nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, este foi apreciado.

Relativamente ao **Ponto 4 - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito da Educação a estabelecer com a Câmara Municipal de Leiria - apreciação e votação nos termos alínea g) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora presidente do executivo deu uma breve explicação, referindo que se trata de um Contrato Interadministrativo extraordinário no âmbito da Educação que prevê uma substituição e requalificação do telhado da Escola Básica da Carreira e do sistema de aquecimento, que será ar condicionado.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

No que respeita ao **Ponto 5 - I Revisão ao Orçamento 2019 - apreciação e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, a senhora presidente explicou que o ponto tem que ver com uma revisão que prevê a inclusão do saldo de gerência, que passa do ano de 2018 para 2019. A Câmara Municipal aprovou em Assembleia Municipal um apoio financeiro para a requalificação de cemitérios no concelho., sendo o apoio de 70% se as obras forem feitas nos cemitérios. A Junta da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira prevê fazer algumas intervenções nos cemitérios e, ao abrigo desse apoio, fará a Candidatura e está já a colocar em orçamento esse apoio.

Para além disso, a senhora Presidente explicou que há um apoio extraordinário da parte da Câmara Municipal, que não estava previsto em dezembro e tem de ser inserido. Também existiu uma alteração a um procedimento no Orçamento de Estado, que foi aprovado em 2019, que tem que ver com a comparticipação da permanência da Presidente da Junta de Freguesia. Por lei, a Junta de Freguesia tem direito a receber meio tempo da parte da DGAL, pela sua dimensão, e o que estava a acontecer era que, quando havia um Presidente que passava a estar a tempo inteiro, a DGAL deixava de fazer essa transferência, mesmo ela estando prevista por causa da dimensão. A partir deste Orçamento de 2019, isso foi corrigido e, portanto, esses valores vão ser transferidos para a autarquia, comparticipando o vencimento da Presidente.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Em relação ao **Ponto 6 - I Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - apreciação e votação nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro**, o ponto foi aprovado por unanimidade.

Dando cumprimento ao **Ponto 7 - Proposta de Contrato de Comodato com a Fundação Bissaya Barreto para o Cabeço de Monte Redondo - apreciação e votação nos termos da alínea j) do**



nº 1 do artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a senhora presidente explicou que em consequência do orçamento participativo e, apesar da zona do Cabeço, em determinada parte envolvente ao marco geodésico ter uma dominância pública, pelo Instituto Geográfico Português, a propriedade é da Fundação Bissaya Barreto. Tendo isso em consideração, bem como o facto de se ir fazer a requalificação do marco e criar-se um miradouro naquela zona, a Fundação Bissaya Barreto em conjunto com a Junta de Freguesia considerou que seria importante ter o uso daquele espaço, formalizando-o com este contrato de Comodato.

O senhor Márcio Marques disse ser totalmente a favor da requalificação da zona envolvente do marco geodésico para lhe dar um estatuto de miradouro e espaço de lazer. Sobre este processo com a Fundação Bissaya Barreto, considera que se deve definir bem de quem fica a responsabilidade de desmatação do espaço, abate e venda de árvores.

Uma vez sendo responsabilidade da freguesia guardar o imóvel, é importante ficar esclarecido de quem é a responsabilidade, por exemplo, no caso de um eventual incêndio. Entende que o executivo deve agir de forma inteligente antes de valorizar a zona e consequentemente valorizar imóveis de terceiros. Com esta afirmação não está a criticar, está apenas a alertar, até porque o processo do projeto global não é do total conhecimento desta assembleia.

Entende, também, que só uma vista de 360 Graus junto ao marco geodésico dará ao projeto uma verdadeira valorização que orgulhe os Monterredondenses e Carreirenses. Com a solução descrita no contrato, não é possível garantir vistas limpas para os campos do Lis e para a zona do mar. Salaria que estas vistas limpas podem vir a ser úteis no âmbito da proteção civil para proteção das pessoas e bens.

Recomenda à Junta de Freguesia que estabeleça negociações com o Dr. Luís Gomes, que pensa ainda ser ainda o proprietário da encosta poente, no sentido de se perceber se está disponível para uma eventual parceria, abate de árvores ou até mesmo a venda do terreno.

Por estas razões, o senhor Márcio Marques entenda que a Junta deve ter acesso à caderneta predial do imóvel em contrato de comodato, para sua segurança, defesa ou mesmo análise de oportunidades. Considerou simples a resposta da senhora presidente à sua solicitação da caderneta predial.

Recomenda, também, que sejam colocadas marcações físicas no imóvel que definam a zona pela qual a autarquia fica responsável.

Em análise ao anexo I, recomenda também que seja agregada à zona em negociação de comodato um triângulo na encosta virada para a zona da pedreira para que não fique a área dividida em três parcelas, onde a Fundação Bissaya Barreto tenha de aceder pela zona mantida pela Freguesia para ir à sua encosta. Desta forma, será também garantido um maior do campo de visão.

Ainda sobre o anexo I, não vê indicada a zona de 12 m² excluída do contrato.



Questiona por que razão está mencionado no contrato o compromisso de reparação do marco geodésico, uma vez que este não é propriedade e responsabilidade da Fundação Bissaya Barreto. Segundo esclarecimentos Públicos da Direção Geral do Território, os vértices geodésicos são da responsabilidade da Direção Geral do Território e encontram-se protegidos pelo estipulado no decreto-lei 143/82 de 26 de abril.

A senhora presidente explicou que a área não está assinalada, mas os doze metros quadrados correspondem à área da antena da Vodafone, que está alugada à Fundação Bissaya Barreto. O projeto que vai ser lançado a concurso ainda não é do conhecimento da Junta de Freguesia, está a ser desenhado, mas aquilo que se pretende fazer foi apresentado por um cidadão em Orçamento Participativo. O executivo tem de definir os limites da responsabilidade da Junta de Freguesia e o espaço nessa área será mantido pela Junta e pela Câmara Municipal. A encosta poente não está em negociação e não ficará isolado, porque tem ligação por baixo.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

Ponto 8 - Verificação da conformidade dos requisitos relativos ao exercício das funções a tempo inteiro da Presidente da Junta - apreciação e votação nos termos da alínea q) do nº 1 artigo 9º do Anexo I à Lei nº 75/2013, 12 de setembro.

A senhora Presidente do executivo explicou que este ponto contém a informação de que, dentro daquilo que é permitido, a autarquia pode ter a Presidente da Junta a tempo inteiro.

O ponto foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao público. O senhor Carlos Pedrosa levantou, mais uma vez, a questão que já tinha trazido à Assembleia de Freguesia em setembro, que diz respeito aos contentores e ecopontos junto ao Restaurante Pinhal da Quinta. Após sete meses e o senhor Carlos não viu que nada tivesse sido feito em relação àquela situação. Não se trata de uma questão individual, mas o senhor Carlos vem à Assembleia dar voz a outras vozes, porque não existe visibilidade, quando se tenta entrar em direção à Carreira, de que vem de Monte Redondo. Há o risco de acontecer ali um acidente grave. Naquela rua, os condutores são obrigados a partilhar a via de circulação com tojos e silvas, tendo sido proibida a camiões, mas os madeireiros vão buscar madeira, por vezes, quase a dois quilómetros, trazem-na para lá para fazer estaleiro e para carregá-la novamente. O pavimento está muito danificado na zona onde eles saem e entram no alcatrão. A conclusão a que chega é a de que aquela rua não foi alcatroada para servir a população, mas para ser visto que estava alcatroada.

O senhor Albano Pinto perguntou se os danos provocados pelo temporal vão ser pagos e quando. Referiu que no Grou faz falta um Parque Infantil, porque o existente está muito danificado. A rua do Grou que pertence a Monte Redondo está em mau estado.

A presidente do executivo, Céline Gaspar, esclareceu que os contentores e o ecoponto não são da responsabilidade da autarquia, como já tinha sido dito anteriormente, no entanto, esse assunto já



foi reforçado junto das entidades competentes e vai ser reforçado novamente. Relativamente à questão da limpeza, os processos de limpeza dos arruamentos vão ter início em breve.

No que concerne à questão que o senhor Carlos Pedrosa levantou de que a rua não foi alcatroada para servir a população, é a sua opinião e a senhora presidente respeita-a, embora saiba que há quem faça uso dessa rua.

Respondendo ao senhor Albano Pinto, no que diz respeito à rua do Grou e às raízes, o executivo irá ter em atenção a informação. No que diz respeito ao Parque Infantil, não sabe se foram apresentadas as documentações devidas em sede de regulamento de atribuição de auxílios para fazer o pedido devidamente como qualquer outra associação, apesar de ser uma associação com sede na Guia, o executivo da Junta da União das Freguesias de Monte Redondo e Carreira tem ajudado, nomeadamente na poda das árvores. No caso do pedido de requalificação do Parque Infantil, é importante que se verifique se a documentação foi devidamente entregue, para que a Junta de Freguesia saiba como pode ajudar.

Sobre a questão do temporal, a autarquia solicitou a toda a população, associações e particulares, que fizessem um levantamento dos prejuízos para entregar à CCDR. A Câmara pediu a colaboração da Junta de Freguesia e o executivo enviou o levantamento dos prejuízos e a Câmara enviou os dados para a CCDR.

De seguida, foi elaborada uma minuta da sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu assim por encerrada a sessão, desejando a todos uma boa Páscoa, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente da Mesa e pelos secretários.

O Presidente da Assembleia

(Paulo Azinheiro Pedrosa Gaspar)

A Primeira Secretária

(Ana Carla Marques Pereira Gomes)

O Segundo Secretário

(Lino Loureiro)